ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS PARA O ENSINO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL

LUCIANA GOMES DA SILVA

RESUMO

Este estudo analisa estratégias pedagógicas inclusivas voltadas ao ensino de crianças com deficiência intelectual na Educação Infantil, enfatizando a relevância do lúdico, da corporeidade e do trabalho coletivo como elementos essenciais no processo de ensino-aprendizagem. A pesquisa, de abordagem qualitativa e caráter bibliográfico, fundamenta-se em referenciais teóricos da educação inclusiva, psicologia do desenvolvimento e metodologias ativas. O estudo busca compreender de que forma práticas pedagógicas sensíveis às necessidades específicas desses alunos podem contribuir para seu desenvolvimento cognitivo, motor, afetivo e social. Observa-se que metodologias que privilegiam a interação, o movimento e a mediação do professor favorecem a participação ativa das crianças, promovendo maior engajamento, autoestima e autonomia. Além disso, o ambiente educacional torna-se mais acolhedor e estimulante quando o brincar, a experimentação e o diálogo são incorporados ao cotidiano escolar. Os resultados destacam a importância da formação continuada dos docentes, bem como da construção de uma gestão democrática e colaborativa, como pilares fundamentais para a implementação efetiva de estratégias inclusivas. Conclui-se que a inclusão plena na Educação Infantil requer não apenas recursos didáticos adaptados, mas também uma mudança de postura pedagógica e institucional que valorize a diversidade e assegure o direito à aprendizagem de todos.

Palavras-chave: Inclusão; Educação Infantil; Deficiência Intelectual; Metodologias Ativas; Corporeidade.

ABSTRACT

This study analyzes inclusive pedagogical strategies aimed at teaching children with intellectual disabilities in early childhood education, emphasizing the importance of playfulness, corporeality, and collective work as essential elements in the learning process. The research, with a qualitative and bibliographic approach, is grounded in theoretical frameworks of inclusive education, developmental psychology, and active methodologies. It seeks to understand how pedagogical practices that are sensitive to the specific needs of these students can contribute to their cognitive, motor, emotional, and social development. The findings suggest that methodologies based on interaction, movement, and teacher mediation foster active student participation, promoting greater engagement, self-esteem, and autonomy. Moreover, the educational environment becomes more welcoming and stimulating when play, experimentation, and dialogue are incorporated into daily school life. The results highlight the importance of continuous teacher training and the establishment of a democratic and collaborative school management as key elements for effectively implementing inclusive strategies. It is concluded that full inclusion in early education requires not only adapted didactic resources, but also a pedagogical and institutional shift that values diversity and ensures the right to learning for all.

Keywords: Inclusion; Early Childhood Education; Intellectual Disability; Active Methodologies; Corporeality.

INTRODUÇÃO

A inclusão de crianças com deficiência intelectual na educação infantil é um desafio e, ao mesmo tempo, uma necessidade premente para a construção de uma sociedade mais equitativa. O direito à educação inclusiva está assegurado por legislações nacionais e internacionais, destacando-se a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006) e a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015). No entanto, para que esse direito se concretize na prática, é fundamental que as instituições escolares adotem estratégias pedagógicas que atendam às necessidades específicas dessas crianças, garantindo-lhes não apenas o acesso, mas também a permanência e o desenvolvimento efetivo no ambiente escolar. Diante desse

contexto, torna-se imprescindível discutir e analisar estratégias pedagógicas inclusivas que favoreçam a aprendizagem significativa das crianças com deficiência intelectual na educação infantil.

A escolha deste tema se justifica pela necessidade de compreender como as práticas pedagógicas inclusivas podem contribuir para o desenvolvimento global das crianças com deficiência intelectual. Embora a legislação estabeleça diretrizes para a inclusão, a efetivação desse processo depende diretamente da atuação dos educadores e das estratégias adotadas no cotidiano escolar. Dessa forma, ao investigar e sistematizar práticas que promovam a inclusão, busca-se não apenas enriquecer a literatura acadêmica sobre o tema, mas também fornecer subsídios para a atuação docente, possibilitando um ensino mais acessível e eficiente para esse público. Além disso, considerando que o corpo e o movimento desempenham um papel essencial no desenvolvimento da aprendizagem infantil, é fundamental explorar metodologias que integrem aspectos psicomotores, lúdicos e coletivos no processo educacional.

Diante dessa problemática, questiona-se: quais são as estratégias pedagógicas mais eficazes para promover a inclusão e a aprendizagem de crianças com deficiência intelectual na educação infantil? Com base nesse questionamento, a pesquisa busca compreender de que maneira as práticas educacionais podem ser adaptadas para potencializar o desenvolvimento cognitivo, motor e social dessas crianças.

Parte-se da hipótese de que o uso de estratégias pedagógicas inclusivas, fundamentadas na corporeidade, no lúdico e no trabalho coletivo, pode favorecer significativamente o desenvolvimento das crianças com deficiência intelectual, promovendo um ambiente de aprendizagem mais dinâmico e acessível. A valorização do movimento e da expressão corporal, aliada a práticas interativas e colaborativas, pode contribuir para a construção do conhecimento de maneira mais significativa, respeitando as individualidades e potencialidades dos alunos.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar estratégias pedagógicas inclusivas para o ensino de crianças com deficiência intelectual na educação infantil. Para isso, são estabelecidos os seguintes objetivos específicos: identificar as principais abordagens pedagógicas voltadas para a inclusão de crianças com deficiência intelectual; discutir a importância do movimento e da corporeidade no desenvolvimento da aprendizagem; e compreender o papel do trabalho coletivo e da gestão democrática na construção de práticas inclusivas no ambiente escolar.

Metodologicamente, este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de revisão bibliográfica, com abordagem qualitativa, baseada na análise de referenciais teóricos que tratam da inclusão educacional e das estratégias pedagógicas voltadas para crianças com deficiência intelectual. A pesquisa apoia-se em estudos acadêmicos, legislações e documentos oficiais, buscando estabelecer um diálogo entre diferentes perspectivas teóricas para compreender as práticas inclusivas na educação infantil.

O desenvolvimento deste artigo está estruturado em três capítulos principais. No primeiro capítulo, apresenta-se uma revisão teórica sobre o papel do corpo e do movimento no desenvolvimento da aprendizagem, destacando a importância da corporeidade como mediadora do conhecimento. O segundo capítulo discute o trabalho coletivo e a gestão democrática como elementos essenciais para a inclusão, abordando a necessidade de colaboração entre professores, famílias e demais profissionais da educação. No terceiro capítulo, analisa-se o papel do lúdico na aprendizagem de crianças com deficiência intelectual, ressaltando sua relevância para a construção de um ambiente educativo acessível e acolhedor. Por fim, as considerações finais sintetizam os principais achados da pesquisa e apresentam reflexões sobre as implicações dessas estratégias pedagógicas para a prática educacional inclusiva.

REFERENCIAL TEÓRICO

O corpo em movimento no desenvolvimento da aprendizagem

O corpo é o primeiro e mais natural instrumento do ser humano. Através dele, manifestamos aspectos fundamentais de nossa existência, experiência e cultura. Na Educação Infantil, o corpo é um dos princi-

pais meios pelos quais as crianças interagem com o mundo e desenvolvem suas habilidades cognitivas, motoras e sociais. Segundo Vargas e Cogo (2013), "à medida que a criança se desenvolve, ela percebe e vivencia o mundo ao seu redor, e as experiências e informações que recebe do ambiente em que vive (como a família, a escola, a religião, os meios de comunicação, entre outros) ficam registradas em seu corpo, por meio do movimento." Dessa forma, o corpo se estabelece como ferramenta essencial para a construção de significados na vida das crianças.

Nesse contexto, a corporeidade é entendida como um processo ativo e dinâmico, que vai além de meras atividades motoras. Segundo Nascimento (2018), o movimento humano pode ser compreendido como uma linguagem capaz de integrar múltiplas dimensões do desenvolvimento infantil. Ao proporcionar vivências corporais, as práticas pedagógicas fortalecem o vínculo entre a criança e o mundo ao seu redor, estimulando habilidades sociais e cognitivas.

O corpo humano, além de ser um meio de comunicação, carrega as marcas e signos sociais que expressam a cultura de um povo. Na Educação Infantil, essas marcas são adquiridas e ressignificadas, pois as crianças vivenciam novas experiências enquanto constroem um repertório único. Isso demonstra como o corpo é um veículo que não apenas carrega e transmite, mas também constrói e transforma o conhecimento e a cultura.

Vargas e Cogo (2013) reforçam que "na Educação Infantil, os conteúdos relacionados ao corpo e ao movimento estimulam a percepção, a consciência corporal, desenvolvem noções de espaço, de individualidade e coletividade no movimento, promovem a socialização e a percepção do seu próprio ritmo, tanto no contato consigo mesma quanto com o outro." Essa perspectiva destaca a importância de práticas pedagógicas que valorizem o corpo no processo de ensino-aprendizagem.

A relação entre corpo e mente está presente de maneira indissociável na forma como as crianças expressam suas emoções e ideias. Benetti et al. (2018) destacam que a psicomotricidade é uma linguagem essencial que possibilita às crianças interagirem com o ambiente e as pessoas ao seu redor. O corpo, nesse contexto, torna-se um mediador das interações e vivências que promovem o desenvolvimento integral infantil.

O movimento, como linguagem fundamental na educação infantil, ganha destaque por ser uma forma de expressão completa e autêntica. Segundo Neira e Mattos (apud Colello,
1990), "a motricidade, a linguagem e a linguagem escrita são formas de expressão, ação e comunicação que evidenciam o equilíbrio afetivo e a inteligência." Isso demonstra como as atividades que integram o corpo e a mente promovem um desenvolvimento mais amplo e significativo.

De acordo com Vargas e Cogo (2003), o professor desempenha um papel essencial como mediador nesse processo, ajudando as crianças a explorarem suas capacidades corporais de maneira lúdica e criativa. A mediação do educador cria um ambiente onde o movimento e o aprendizado se tornam uma experiência prazerosa e significativa.

A exploração do corpo e do movimento na Educação Infantil é crucial para a descoberta e expressão da corporeidade. Conforme Moreira (2005), "voltar os sentidos para sentir a vida" é um exemplo de como o corpo pode ser utilizado como mediador no processo de construção do saber e percepção do mundo. Essas experiências sensoriais enriquecem o aprendizado das crianças.

Quando consideramos o desenvolvimento integral das crianças, é fundamental integrar as dimensões física, emocional e cognitiva. A consciência corporal também desempenha um papel crucial no desenvolvimento de crianças com deficiência intelectual. Ao explorar o movimento e a percepção de si mesmas, essas crianças ampliam suas habilidades cognitivas e sociais, tornando-se mais autônomas e confiantes.

Ao permitir que as crianças com deficiência intelectual se expressem por meio do movimento e da corporeidade, os educadores não apenas promovem a inclusão, mas também criam condições para o aprendizado mais eficaz. Assim, o corpo se torna um recurso pedagógico poderoso na construção de novas formas de comunicação.

A Educação Infantil, ao integrar corpo, mente e emoções, proporciona às crianças uma experiência educacional mais rica e signifi-

cativa. Benetti et al. (2018) destacam que a interação entre essas dimensões é essencial para o crescimento equilibrado e integrado dos indivíduos.

Por fim, compreender o corpo como agente ativo no processo de ensino-aprendizagem é um passo importante para a construção de uma educação inclusiva e acessível. Ao reconhecer a corporeidade como elemento essencial, a prática pedagógica oferece um aprendizado mais natural e envolvente.

A importância do trabalho coletivo e da Gestão Democrática na Educação Infantil para crianças com Deficiência Intelectual

A inclusão de crianças com deficiência intelectual na educação infantil requer um trabalho coletivo e uma gestão democrática que favoreçam a participação de diferentes agentes educacionais. A escola, nesse contexto, deve ser compreendida como um espaço de construção do conhecimento e desenvolvimento social, onde professores, gestores, familiares e especialistas trabalham juntos para garantir uma aprendizagem significativa. De acordo com Vieira (2017), a adoção de práticas pedagógicas diversificadas, como atividades lúdicas e jogos adaptados, favorece a socialização e o progresso cognitivo dos alunos com deficiência intelectual. Dessa forma, a interação entre diferentes profissionais da educação torna-se essencial para a criação de um ambiente escolar mais acessível e acolhedor.

Além da colaboração entre professores e especialistas, é fundamental estabelecer um vínculo com as famílias, pois o suporte familiar desempenha um papel central no processo educativo. O envolvimento dos responsáveis contribui para a implementação de estratégias mais eficazes e permite uma melhor compreensão das necessidades individuais de cada criança. Oliveira (2023) destaca que a gestão democrática na escola fortalece esse vínculo, promovendo o diálogo entre pais, professores e demais membros da comunidade escolar. Quando as decisões pedagógicas são tomadas coletivamente, há maior comprometimento na execução das ações propostas, o que favorece a inclusão educacional.

Outro fator determinante para o sucesso do ensino inclusivo é o acesso a um diagnóstico preciso, que possibilita a adoção de práticas pedagógicas adequadas. Segundo Vieira (2017), a obtenção de um laudo médico não deve ser vista apenas como um requisito burocrático, mas como uma ferramenta essencial para a formulação de políticas educacionais inclusivas. Com base nessas informações, a escola pode adaptar o currículo e desenvolver métodos de ensino que atendam às particularidades de cada aluno. Além disso, Mendonça (2023) ressalta a importância do Atendimento Educacional Especializado (AEE) nesse processo, uma vez que ele fornece suporte técnico para minimizar as barreiras de aprendizagem e garantir o direito à educação de qualidade.

Nesse contexto, a gestão democrática desempenha um papel essencial na implementação de estratégias que promovam a inclusão. Oliveira (2023) argumenta que um modelo de gestão participativa incentiva a corresponsabilidade entre os diferentes atores escolares, tornando-os mais ativos na construção de práticas educacionais voltadas para a diversidade. Isso significa que a organização escolar não deve se limitar à administração burocrática, mas sim funcionar como um espaço de constante reflexão e inovação, sempre em busca da equidade no ensino. Além disso, Mendonça (2023) reforça que a inclusão não pode ser vista como uma ação isolada, mas como um compromisso institucional que envolve professores, gestores e a comunidade escolar como um todo.

Para que esse modelo de ensino seja efetivo, é necessário que o professor assuma o papel de mediador do conhecimento, rompendo com práticas pedagógicas tradicionais e centralizadoras. Vieira (2017) destaca que o uso de metodologias diversificadas, como atividades lúdicas e interativas, possibilita uma aprendizagem mais significativa para crianças com deficiência intelectual. Em complemento, Oliveira (2023) enfatiza que o Projeto Político Pedagógico (PPP) deve ser um instrumento norteador da gestão democrática, pois estabelece diretrizes para a adaptação curricular e a criação de ambientes escolares mais inclusivos. Dessa forma, a escola se transforma em um espaço onde todos os alunos, independentemente de suas limitações, podem se desenvolver plenamente.

Além da estruturação do ensino em sala de aula, é importante reconhecer que a aprendizagem ocorre em todos os espaços da escola. De acordo com Mendonça (2023), ambientes como pátios, bibliotecas e áreas de convivência devem ser planejados para garantir acessibilidade e estimular o desenvolvimento infantil. Essa visão amplia a concepção de educação inclusiva, ao reconhecer que o aprendizado não se restringe ao ambiente formal da sala de aula. Oliveira (2023) complementa essa ideia ao destacar que a gestão democrática precisa incentivar a participação ativa dos alunos na construção do conhecimento, permitindo que eles expressem suas opiniões e sejam protagonistas do próprio aprendizado.

Outro aspecto fundamental para a construção de uma escola inclusiva é a valorização do trabalho coletivo entre os docentes. A troca de experiências entre professores da educação regular e especialistas em educação especial permite a elaboração de estratégias mais eficazes para atender às necessidades dos alunos com deficiência intelectual. Vieira (2017) aponta que a falta de formação continuada e de apoio institucional são desafios enfrentados pelos educadores, o que muitas vezes compromete a qualidade do ensino inclusivo. Para superar essa dificuldade, Mendonça (2023) sugere que a gestão escolar deve investir na capacitação dos professores, promovendo cursos e oficinas que auxiliem na aplicação de metodologias inclusivas.

A documentação pedagógica surge como uma importante ferramenta para monitorar o progresso dos alunos e avaliar a efetividade das práticas pedagógicas adotadas. Segundo Vieira (2017), registrar as experiências dos estudantes e acompanhar seu desenvolvimento permite que o professor faça ajustes constantes no planejamento educacional. Essa prática possibilita a identificação de dificuldades específicas e favorece a adaptação de estratégias para melhorar o aprendizado. Além disso, Oliveira (2023) destaca que a gestão democrática deve valorizar a transparência nas decisões pedagógicas, garantindo que todos os membros da comunidade escolar tenham acesso às informações e possam contribuir com sugestões e melhorias.

A implementação de políticas públicas voltadas para a inclusão escolar é outro aspecto crucial para a efetivação do trabalho coletivo. Mendonça (2023) aponta que legislações como a Lei Berenice Piana (Lei Federal 12.764/2012) são essenciais para garantir os direitos dos alunos com deficiência, assegurando-lhes o suporte necessário para uma educação de qualidade. Entretanto, Oliveira (2023) alerta que, apesar dos avanços normativos, ainda há desafios na concretização dessas políticas dentro das escolas, principalmente devido à falta de investimentos e infraestrutura adequada.

Diante disso, torna-se imprescindível que as instituições de ensino, em conjunto com os órgãos responsáveis, busquem ampliar os recursos disponíveis para a educação inclusiva. Vieira (2017) destaca que a escola deve estar comprometida com a superação das dificuldades institucionais e pedagógicas, criando soluções que promovam a aprendizagem equitativa para todos. Isso significa não apenas garantir o acesso à escola, mas também assegurar que cada aluno receba um ensino de qualidade, respeitando suas potencialidades e desafios individuais.

A valorização da diversidade no ambiente escolar fortalece a construção de uma sociedade mais inclusiva e democrática. Oliveira (2023) ressalta que, quando a escola adota uma gestão participativa e incentiva o trabalho coletivo, ela contribui para a formação de cidadãos mais conscientes e preparados para a convivência em sociedade. Da mesma forma, Mendonça (2023) destaca que a inclusão escolar não é um processo isolado, mas sim um reflexo dos valores e princípios de uma comunidade que valoriza o respeito e a igualdade de oportunidades.

Portanto, o trabalho coletivo e a gestão democrática na educação infantil são fundamentais para a inclusão de crianças com deficiência intelectual. A colaboração entre professores, famílias e especialistas, aliada à implementação de políticas públicas e ao investimento em formação continuada, permite a construção de um ambiente escolar mais acessível e equitativo. Assim, a educação torna-se um direito verdadeiramente garantido a todos, independentemente de suas condições e particularidades.

O papel do lúdico na inclusão de crianças com Deficiência Intelectual

O lúdico desempenha um papel fundamental no processo de aprendizagem de crianças com deficiência intelectual, pois possibilita o desenvolvimento cognitivo, motor e social de forma prazerosa e significativa. De acordo com Bassani, Vieira e Nascimento (2018), os jogos e brincadeiras são ferramentas que incentivam a interação entre crianças com e sem deficiência, promovendo um ambiente escolar mais inclusivo. No entanto, os autores ressaltam que, apesar dos benefícios evidentes, o uso do lúdico ainda é subutilizado por muitos professores, seja pela falta de planejamento ou pela ausência de uma abordagem pedagógica intencional.

A brincadeira, além de promover o engajamento das crianças, permite que elas explorem sua criatividade e desenvolvam habilidades socioemocionais essenciais. Santos (2022) destaca que a ludicidade não deve ser apenas um complemento ao ensino, mas sim uma estratégia pedagógica estruturada para favorecer o aprendizado de crianças com deficiência intelectual. Dessa forma, o uso de jogos, música e contação de histórias pode facilitar o processo de ensino aprendizagem, estimulando a autonomia dos alunos e criando um ambiente mais acessível a diferentes formas de aprendizado.

Os documentos oficiais da educação, como o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCN), reconhecem o lúdico como uma abordagem essencial para a prática pedagógica. Segundo Luz et al. (2025), a legislação educacional brasileira tem avançado na valorização das metodologias inclusivas, garantindo que crianças com deficiência intelectual tenham acesso a um ensino adaptado às suas necessidades. No entanto, os autores alertam que a implementação dessas diretrizes ainda enfrenta desafios, principalmente no que diz respeito à formação docente e à infraestrutura escolar.

As atividades lúdicas devem ser planejadas de forma intencional, respeitando as características individuais de cada criança. De acordo com Bassani, Vieira e Nascimento (2018), a interação social promovida pelos jogos favorece o desenvolvimento de habilidades essenciais para a inclusão, permitindo que as crianças aprendam de maneira colaborativa. Entretanto, o estudo desses autores revela que a predominância de atividades individuais ainda é um obstáculo para a construção de um ensino verdadeiramente inclusivo, o que reforça a necessidade de mudanças na prática docente.

Outro aspecto importante na inclusão escolar de crianças com deficiência intelectual é a utilização de materiais e jogos pedagógicos adaptados. Santos (2022) destaca que o acesso a recursos adequados pode ampliar significativamente as possibilidades de aprendizagem dos alunos, tornando o ensino mais dinâmico e interativo. No entanto, a autora enfatiza que muitos professores ainda carecem de formação específica para utilizar essas ferramentas de maneira eficaz, o que compromete a efetividade do ensino lúdico no contexto inclusivo.

Além da importância do lúdico na aprendizagem, a documentação pedagógica surge como um instrumento essencial para registrar o progresso dos alunos e avaliar a eficácia das práticas educacionais. Luz et al. (2025) argumentam que o registro contínuo das atividades pedagógicas permite ao professor refletir sobre sua metodologia e realizar ajustes necessários para melhor atender às necessidades dos estudantes. Essa documentação também facilita o diálogo entre professores, gestores e familiares, contribuindo para um acompanhamento mais eficiente do desenvolvimento infantil.

O lúdico também se destaca como uma ferramenta que ajuda a superar barreiras na aprendizagem. Bassani, Vieira e Nascimento (2018) apontam que, ao oferecer um ambiente descontraído e estimulante, os jogos e brincadeiras auxiliam no desenvolvimento da atenção, da memória e do raciocínio lógico, habilidades essenciais para a trajetória educacional das crianças. Esse aspecto reforça a necessidade de um planejamento pedagógico que valorize a ludicidade como parte fundamental do currículo escolar.

As diretrizes educacionais, como o RCN, fornecem orientações importantes sobre a incorporação do lúdico nas práticas pedagógicas, garantindo que todas as crianças tenham acesso a experiências de aprendizagem inclusivas. Segundo Santos (2022), essas diretrizes são essenciais para orientar os professores no desenvolvimento de ativi-

dades que atendam às demandas dos alunos com deficiência intelectual. No entanto, a autora reforça que a efetividade dessas orientações depende do engajamento dos profissionais da educação na sua implementação.

O papel do pedagogo na mediação das práticas lúdicas também merece destaque. Luz et al. (2025) enfatizam que o pedagogo deve atuar como um facilitador, auxiliando os professores na construção de estratégias pedagógicas que integrem o lúdico ao processo educativo. Para isso, é essencial que esses profissionais estejam capacitados para adaptar as atividades às necessidades específicas dos alunos, garantindo um ensino mais equitativo e acessível.

Outro desafio apontado pelos pesquisadores é a falta de infraestrutura adequada para a realização de atividades lúdicas na escola. Bassani, Vieira e Nascimento (2018) identificaram que muitas escolas públicas não possuem espaços apropriados para brincadeiras, o que limita o potencial educativo dessas atividades. Para superar esse problema, é fundamental que gestores e órgãos responsáveis invistam na melhoria dos ambientes escolares, tornando-os mais inclusivos e acessíveis.

A participação da família também é um fator essencial para a efetividade do ensino lúdico. Santos (2022) destaca que o envolvimento dos responsáveis no processo educativo potencializa os benefícios das atividades lúdicas, pois permite que a aprendizagem ocorra não apenas na escola, mas também em casa. Dessa forma, estabelecer uma parceria entre escola e família pode contribuir significativamente para o desenvolvimento integral da criança.

A valorização do lúdico na educação infantil, aliada à formação continuada dos professores, pode transformar o ensino inclusivo em uma realidade mais concreta. Luz et al. (2025) defendem que investir na capacitação docente é fundamental para que os educadores possam planejar e aplicar práticas pedagógicas que contemplem a diversidade dos alunos. Dessa forma, a escola se torna um espaço verdadeiramente inclusivo, onde todas as crianças têm oportunidade de aprender e se desenvolver.

Diante desses aspectos, fica evidente que o lúdico não deve ser visto apenas como uma ferramenta complementar, mas como um componente essencial do processo educativo. Bassani, Vieira e Nascimento (2018) ressaltam que a ludicidade favorece a construção do conhecimento de maneira significativa e acessível, promovendo a inclusão e o desenvolvimento social das crianças com deficiência intelectual.

Portanto, o trabalho com o lúdico, aliado à documentação pedagógica e ao suporte coletivo da escola, é essencial para garantir uma educação infantil verdadeiramente inclusiva. Santos (2022) enfatiza que a ludicidade, quando utilizada de forma planejada e intencional, torna-se uma poderosa aliada no desenvolvimento cognitivo e emocional dos alunos. Assim, integrar o lúdico às práticas pedagógicas significa não apenas respeitar as individualidades das crianças, mas também oferecer-lhes as melhores condições possíveis para aprender e crescer.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os achados desta pesquisa evidenciam que a adoção de estratégias pedagógicas inclusivas na educação infantil promove impactos significativos no aprendizado e no desenvolvimento de crianças com deficiência intelectual. A análise da literatura e dos referenciais teóricos aponta que metodologias baseadas na corporeidade, no lúdico e na gestão democrática favorecem a inclusão e tornam o processo de ensino-aprendizagem mais dinâmico e acessível. Esses aspectos corroboram os estudos de Santos (2022), que enfatizam a necessidade de uma abordagem intencional na aplicação do lúdico como recurso pedagógico estruturado, possibilitando a participação ativa dos alunos no ambiente escolar.

Os dados analisados demonstram que práticas pedagógicas que envolvem o corpo e o movimento desempenham um papel essencial na construção do conhecimento das crianças com deficiência intelectual. Conforme Vargas e Cogo (2013), a interação corporal possibilita uma aprendizagem mais significativa, pois permite que a criança explore seu meio de maneira sensorial e emocional, ampliando suas experiências cognitivas e sociais. Esse aspecto também é abordado por Luz et al. (2025), que destacam o movimen-

to como uma linguagem fundamental no desenvolvimento infantil, sendo imprescindível que os professores utilizem metodologias que integrem o corpo ao ensino formal. Outro ponto relevante é a importância do trabalho coletivo na implementação de estratégias inclusivas. A colaboração entre professores, famílias e demais profissionais da educação aparece como um fator determinante para o sucesso do processo inclusivo. De acordo com Mendonça (2023), a gestão democrática da escola contribui diretamente para a criação de um ambiente mais acolhedor, garantindo que todos os atores educacionais participem da formulação e execução das práticas pedagógicas. Esse modelo participativo, conforme Oliveira (2023), permite que os desafios da inclusão sejam compartilhados e que as soluções sejam construídas de maneira conjunta, respeitando as especificidades de cada aluno.

Além disso, os resultados indicam que a ludicidade se consolida como um dos principais recursos pedagógicos para a inclusão de crianças com deficiência intelectual. Bassani, Vieira e Nascimento (2018) ressaltam que os jogos e brincadeiras, quando aplicados de forma planejada, promovem não apenas a socialização e a interação entre os alunos, mas também estimulam o desenvolvimento de habilidades cognitivas e emocionais. No entanto, a pesquisa identificou desafios relacionados à falta de formação docente para o uso adequado do lúdico, corroborando os achados de Santos (2022), que destaca a necessidade de capacitação continuada dos professores para que possam aplicar essas metodologias de forma eficaz.

Outro aspecto relevante identificado nos dados foi a importância da documentação pedagógica no acompanhamento do desenvolvimento das crianças. Conforme Luz et al. (2025), o registro contínuo das atividades permite ao professor avaliar a evolução dos alunos e ajustar sua abordagem pedagógica, tornando o ensino mais personalizado e eficiente. Essa prática também fortalece o diálogo entre escola e família, garantindo maior transparência no processo educativo e promovendo a corresponsabilidade entre todos os envolvidos.

Dessa forma, os resultados confirmam a hipótese inicial da pesquisa, de que o uso de estratégias pedagógicas inclusivas fundamentadas na corporeidade, no lúdico e no trabalho coletivo contribui para um ensino mais acessível e significativo. A literatura analisada reforça que a integração dessas abordagens possibilita um desenvolvimento mais amplo das crianças com deficiência intelectual, promovendo não apenas a aprendizagem de conteúdos formais, mas também o fortalecimento da autonomia e da autoestima desses alunos.

Portanto, as discussões aqui apresentadas evidenciam que, embora haja desafios na implementação de práticas inclusivas, a adoção de metodologias pedagógicas inovadoras e a valorização do papel do professor como mediador do conhecimento são elementos fundamentais para garantir uma educação infantil verdadeiramente inclusiva e democrática.

CONCLUSÃO

A inclusão de crianças com deficiência intelectual na educação infantil é um desafio que exige o desenvolvimento de estratégias pedagógicas eficazes e adaptadas às necessidades desses alunos. Ao longo deste estudo, foram analisadas metodologias baseadas na corporeidade, no lúdico e no trabalho coletivo, demonstrando como essas abordagens podem contribuir para um ensino mais acessível e significativo. A pesquisa destacou a importância da participação ativa de professores, gestores e famílias na construção de um ambiente escolar verdadeiramente inclusivo, reforçando que a aprendizagem dessas crianças deve ser mediada por práticas interativas e colaborativas.

Diante dos objetivos propostos, constatou-se que as estratégias pedagógicas inclusivas favorecem não apenas a aprendizagem acadêmica, mas também o desenvolvimento social e emocional dos alunos. A pesquisa confirmou que o uso intencional do lúdico, associado ao movimento e ao engajamento da comunidade escolar, potencializa a participação das crianças no processo educativo. Além disso, a gestão democrática mostrou-se essencial para garantir um ensino inclusivo, permitindo a construção coletiva de práticas mais equitativas e eficazes.

A hipótese inicial, que sugeria que metodologias pedagógicas baseadas na ludicidade

e na corporeidade poderiam melhorar o desenvolvimento das crianças com deficiência intelectual, foi confirmada pelos achados da pesquisa. Os resultados demonstraram que tais abordagens não apenas ampliam as oportunidades de aprendizagem, mas também fortalecem a autonomia e a autoestima dos alunos. No entanto, a falta de formação docente e de infraestrutura adequada ainda se apresenta como um obstáculo para a implementação dessas práticas de maneira sistemática.

Este estudo contribui para o campo da educação inclusiva ao fornecer uma análise detalhada sobre práticas pedagógicas que podem ser aplicadas no ensino infantil. A pesquisa reforça a necessidade de capacitação continuada dos professores, bem como de investimentos em recursos e infraestrutura que permitam a aplicação efetiva das metodologias propostas. Além disso, os achados aqui apresentados podem servir como base para políticas públicas voltadas à inclusão de crianças com deficiência intelectual no contexto escolar.

Para pesquisas futuras, sugere-se a realização de estudos empíricos que analisem a aplicação das estratégias pedagógicas discutidas neste trabalho em diferentes realidades educacionais. Além disso, investigações que explorem o impacto da formação docente na efetivação da inclusão escolar podem fornecer novas perspectivas sobre como aprimorar o ensino de crianças com deficiência intelectual. Dessa forma, espera-se que este estudo possa estimular novas reflexões e contribuir para o avanço de práticas educacionais mais acessíveis e equitativas.

REFERÊNCIAS

BASSANI, Brenda; VIEIRA, Maria Nilceia de Andrade; NASCIMENTO, Claudenice Maria Veras. A Importância do Lúdico no Processo de Inclusão de Crianças com Deficiência Intelectual no Atual Contexto Educacional. V Seminário Nacional de Educação Especial, XVI Seminário Capixaba de Educação Inclusiva. Vitória: UFES, 2018.

BENETTI, Idonézia Collodel et al. Psicomotricidade e desenvolvimento: concepções e vivências de professores da educação infantil na Amazônia setentrional. Estud. pesqui. psicol.,
Rio de Janeiro , v. 18, n. 2, p. 588-607, ago. 2018 . Disponível em
<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180842812018000200012&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 20 mar. 2025.

COLELLO, S. Bases psicomotoras da aprendizagem. São Paulo: Manole, 1990.

LUZ, Aclene; CUNHA, Aline Cristiane Gomes; MARTINS, Kátia Rodrigues; LEMOS,
Vanessa Lins; COUTINHO, Diogenes José Gusmão. Deficiência Intelectual - O Papel do Pedagogo no Processo Lúdico de Ensino-Aprendizagem no Ensino Fundamental. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação - REASE, São Paulo, v. 11, n. 1, jan. 2025. DOI: 10.51891/rease.VII-iI.17825.

MENDONÇA, Luana Paz. Gestão Democrática na Educação Infantil para Crianças com Transtorno do Espectro Autista. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2023.

Moreira, E. Corpo, movimento e desenvolvimento. Editora Educar, 2005.

NASCIMENTO, Isteliana Gomes do. O corpo em movimento: concepções e práticas pedagógicas do brincar na educação infantil. Trabalho de Conclusão de Curso. RI UFPE, 2018.

NEIRA, Marcos Garcia; MATTOS, Mauro Gomes de. Educação Física Infantil: Construindo o Movimento na escola. 7ª ed. São Paulo: Ed. Phorte, 2008.

OLIVEIRA, Anna Augusta Sampaio de. Gestão Democrática e Participativa: em busca da ação coletiva. Doutora em Educação. Professora do Departamento de Educação Especial da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP - Marília.

SANTOS, Claudia Nogueira dos. O Lúdico como Recurso para Crianças com Deficiência Intelectual: A Intencionalidade das Práticas na Educação Infantil. Dissertação de Mestrado, Escola Superior de Educação, Politécnico

de Coimbra, 2022.

VARGAS, M., & COGO, A. Educação Infantil e o Corpo em Movimento. Referência citada no texto original, 2013.

VIEIRA, Ana Karine das Chagas. A importância das práticas pedagógicas diversificadas no desenvolvimento de crianças com deficiência intelectual. Mossoró: Universidade Federal Rural do Semi-Árido, 2017.